



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA VIGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
– 1991/1995 –**

Nos dias três e quatro de fevereiro de um mil novecentos e noventa e três, na sala de reunião do CNS, ocorreu a vigésima primeira reunião ordinária do CNS, período um mil novecentos e noventa e um a um mil novecentos e noventa e cinco. Durante a manhã iniciou-se a reunião com o painel sobre o “**Programa Nacional de AIDS**”, que foi apresentado pela Coordenadora da Divisão de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST/AIDS), **Lair Guerra de Macedo**. Durante o painel foram amplamente discutidas as diretrizes políticas, os objetivos, as metas, o financiamento e as estratégias de operacionalização do Programa e distribuídos diversos textos tratando do assunto. Em seguida, **Antonio Elias Jorge**, assessor do Ministro, prestou informações sobre a evolução da tramitação do orçamento anual para 1993, apresentando uma nota sobre as “**Necessidades de recursos adicionais para a área de saúde**”, e a Portaria nº 118, de 29 de janeiro de 1993, que dispõe sobre o acesso aos serviços de informática e base de dados mantidos pelo Ministério da Saúde. Na oportunidade, evidenciou a preocupação do Ministério em relação aos recursos adicionais na revisão da proposta orçamentária em exame pelo Congresso Nacional, ressaltou o relevante papel que o Conselho poderia desempenhar junto aos Parlamentares, visando sensibilizá-los sobre a grave situação por que passa o setor saúde neste campo. Foi tratada a questão da descentralização e a conseqüente alocação de recursos para sua implementação, ficando compreendido que não existe uma quantificação específica, estando a cargo da Comissão Tripartite – MS, CONASS e CONASEMS – a redefinição dos papéis e os necessários aportes financeiros das esferas federal, estadual e municipal. Essa estratégia integra o documento “**Municipalização das Ações e Serviços de Saúde**” – em análise por este Conselho. Foi acentuada a premente necessidade de buscar-se alternativas de recursos adicionais para o setor saúde, considerando a situação crítica em que se encontram os equipamentos públicos para prestação de assistência hospitalar. O Conselheiro **Jocélio Drummond** entendeu ser um papel relevante deste colegiado uma atuação efetiva junto ao Congresso Nacional, especialmente perante a Comissão Mista de Orçamento, apoiada pela equipe técnica deste Ministério, que já vem fazendo gestões junto ao Parlamento. Dentre os recursos adicionais considerados indispensáveis, constantes no documento apresentado pelo Assessor do Excelentíssimo Senhor Ministro, foi proposto, pela Conselheira **Zilda Arns**, um novo item para acrescentar recursos específicos destinados aos setores estratégicos de desenvolvimento de recursos humanos e educação para a saúde, ressaltando que é imprescindível na estratégia de municipalização o desenvolvimento das ações de Educação para a Saúde enquanto incumbência dos três níveis de governo, federal, estadual e municipal. O plenário acolheu a proposta de visita ao Congresso Nacional, formando-se uma Comissão integrada pelos Conselheiros: **Zilda Arns, Francisco Ubiratan Dellape, Jocélio Drummond, Leny Campelo, Ernani Aboim, Paulo Barbanti, Carlos Eduardo Ferreira e Chafic Farhat**. Tema 01 – “**Revisão do texto da Resolução nº 33/CNS**” – O Conselheiro **Barbanti** apresentou a proposta de inclusão das entidades patronais, na qualidade de usuários, no texto referente à composição dos Conselhos Estaduais e Municipais. O Conselheiro **Swedenberger** ressaltou que essa discussão já havia ocorrido no âmbito do Conselho e que mantinha sua posição contrária à inclusão de empresários na qualidade de usuários. Outras intervenções como as dos Conselheiros **Jocélio, Medeiros, Dellape e Zilda Arns**, foram feitas na busca de melhor esclarecer o assunto. Evidenciou-se nesse momento o impasse, levando a Coordenação da Mesa a colocar em votação a matéria. O plenário deliberou, em primeiro lugar, pela alteração do texto com 10 votos a favor e 09 contra. Num segundo momento, foi votada à inclusão das entidades representativas dos empregadores, na qualidade de usuários, nas recomendações constantes na Resolução nº 33, de 23 de dezembro de 1992, com 12 votos a favor e 6 contra. O Conselheiro **Swedenberger**, em face da aprovação da nova recomendação, solicitou a inclusão de declaração de voto em Ata, contando com a manifestação de apoio do Conselheiro **Jocélio**. Declaração de Voto: “*O Conselho Nacional de Saúde agiu corretamente ao aprovar, em sua reunião Plenária de Dezembro de 1992 as recomendações para estruturação e constituição dos Conselhos Municipais e Estaduais de Saúde (transformadas na Resolução nº 33), de forma a agilizar o controle*”

social no SUS, numa das suas importantes decisões do ano de 1992. Ao revisar o texto aprovado em dezembro passado, em sua reunião de 3 e 4 de fevereiro de 1993, para incluir os empresários na composição dos Conselhos na categoria de 'Usuário', o CNS cometeu dois grandes erros: o primeiro privilegiando um segmento para participar dos Conselhos ao explicitá-lo. A Resolução nº 33 do CNS já garantia, a critério dos estados e municípios, a inclusão deste e de outros segmentos de acordo com a realização e os interesses locais; o segundo e mais grave erro foi aceitar representação do segmento empresarial como usuário do SUS, contrariando as recomendações da IX Conferência Nacional de Saúde. Desta forma consigno em ata meu voto contrário à alteração aprovada pelo plenário do Conselho Nacional de Saúde em sua reunião de 3 e 4 de fevereiro de 1993". **Tema 2 – "Proposta de revisão parcial do Regimento Interno do CNS em seu artigo 14, parágrafo 2º"**, constante do Ofício nº 17/CNS/MS, de 18 de janeiro de 1993, assinado pelo Secretário Executivo do Ministério da Saúde, **Jose Alberto Hermógenes de Souza**, sendo aprovada por unanimidade a alteração, incluindo o Secretário Executivo do MS como substituto legal do Ministro na Presidência das Reuniões Plenárias. **Tema 4 – "Saúde do Escolar"** – Posicionamento do Ministério da Saúde conjugada com o Ministério da Educação sobre a Legislação que obriga o exame clínico no início de cada ano Letivo – Relatora Conselheira **Zilda Arns Neumann** apresentou proposta de resolução sobre o que determina o artigo 12 do Decreto Federal nº 69.450, de 1º de novembro de 1971, em relação a exame clínico no início do ano letivo, e sempre que for julgado necessário, pelo médico-assistente da instituição de ensino que prescreverá o regime de atividades convenientes, se verificada anormalidade orgânica. O parecer foi aprovado por unanimidade após incorporar modificações discutidas pelos Conselheiros durante a reunião nos termos do documento anexo, que se constituirá em Resolução deste Conselho. O Conselheiro **Carlos E. Mosconi** pediu ao plenário um espaço para discutir uma questão grave relacionada com os recursos da seguridade social, afirmando que o setor saúde se mantém em eterna crise financeira e informando que vem ocorrendo um decréscimo dos recursos alocados pela Previdência Social, os quais atualmente representam para a saúde apenas 14% do montante total. Ressaltou que o INSS retém os recursos que são aplicados e que os repasses ocorrem em duas datas mensais pré-estabelecidas sem correção ou inclusão do resultado das aplicações. Afirmou que o Ministério proporá duas formas de repasse: diariamente ou em datas a serem definidas, incluindo os resultados das aplicações financeiras. Pediu ao Conselho uma posição junto ao Ministério da Previdência Social e do Conselho de Seguridade Social. Ressaltou que o pagamento dos hospitais deveria ter ocorrido até o dia 30 de janeiro e não se efetivou por falta de repasse do INSS, embora aquele Instituto contasse com recursos disponíveis. O Conselheiro **Carlos E. Ferreira** propôs que o Conselho elaborasse uma moção no sentido de que haja liberação de recursos para o setor saúde, de forma adequada para o atendimento de seus compromissos. O Conselheiro **Swedenberger** acentuou que o CNS tem que atuar no âmbito do CNSS e junto às lideranças do Governo no Congresso, e às Comissões de Saúde do Senado e da Câmara dos Deputados. O Conselheiro **Seixas** ressaltou que o próprio Conselho precisa ter consciência da sua importância e que precisa ir à público, por intermédio da imprensa, para conquistar seu papel junto à população. O Plenário decidiu apresentar duas moções, respectivamente para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização da União, Presidida pelo Senador **Pedro Mansueto de Lacerda** e lideranças dos partidos, bem como para o Presidente do Conselho Nacional de Seguridade Social, Ministro **Antonio Britto** (cópias anexas). O Conselheiro **Medeiros** enfatizou que a questão deve ser tratada em diferentes esferas institucionais: entre MS e MPS, entre CNS e CNSS, visando ao fortalecimento destes dois órgãos colegiados. Encerrada a discussão sobre a questão dos repasses de recursos financeiros, o Conselheiro **Medeiros** solicitou um aparte para informar a respeito do relatório do documento sobre Municipalização e sugestão de cronograma a ser cumprido pela Comissão relatora (relatório/cronograma anexos). Ressaltou que o tema deverá absorver grande parte da próxima reunião ordinária e lembrou a existência de vários outros que precisam ser examinados pelo Conselho. A Coordenadora Geral **Maria Angélica** apresentou duas propostas para otimizar a disponibilidade de tempo, e superar as dificuldades assinaladas. Uma delas seria estender para o dia 5 de março o período da reunião, outra seria marcar para os dias 15 e 16 de março uma reunião extraordinária. Após discussão pelo plenário foi aprovada a primeira proposta por unanimidade, instituindo-se os dias 3, 4 e 5 de março para se discutir, como primeiro tema, o Relatório da Comissão sobre o documento **"Municipalização das Ações e Serviços de Saúde: A Ousadia de Cumprir e Fazer Cumprir a Lei"**, seguindo-se os demais pontos constantes na pauta. Neste momento, o Conselheiro **Thiers Ferreira** anunciou a criação de um programa, no Conselho Federal de Farmácia, sobre a situação dos medicamentos no País, na área de fármaco-epidemiologia. Encaminhou à mesa o documento **"Programa de Notificação Voluntária sobre Medicamentos"** e solicitou o apoio do CNS e do MS na divulgação ampla pelos Conselheiros, notadamente aos Presidentes do CONASS e do CONASEMS Enalteceu os relevantes serviços que vem prestando ao País o Secretário de Vigilância Sanitária, **Roberto Chabo**, ao assumir de forma

decisiva a questão dos medicamentos. **Tema 3 – “Critérios gerais e específicos para a abertura de novos cursos”** – Recomendação nº 02/92 – CT/APAS – Relator Conselheiro **Swedenberger Nascimento Barbosa**. Na qualidade de relator, no seu parecer solicita inclusão dos Cursos de Biologia, Medicina Veterinária e Serviço Social entre os cursos a serem avaliados por este Conselho. Apesar de comporem o CT/APAS, estes cursos não foram elencados na Resolução nº 17 do CNS. O parecer foi aprovado, após intervenções diversas visando a ampliar a discussão do assunto, principalmente, no tocante às consequências do MEC/Conselho Federal de Educação, Ministério do Trabalho e deste Conselho, devendo se constituir em Resolução do CNS. **Tema 4 – “Dossiê da Comissão Intersetorial de Ciência e Tecnologia do CNS sobre implante mamário de Silicone-gel”**. Apresentado por **Marília B. Marques**, Coordenadora da referida Comissão, contando com a presença do Coordenador-Geral de Ciência e Tecnologia do MS, **Francisco de Assis Machado Reis**, e de **Moisés Goldbaum**, consultor da OPAS. Após apresentação do relato, consubstanciado em documentos distribuídos ao plenário, a Coordenadora da CICT ressaltou que o assunto veio a exame no Brasil através da Secretaria de Vigilância Sanitária do MS, considerando a gravidade do assunto e a repercussão na imprensa internacional com relação ao uso do silicone-gel no implante mamário, tendo em vista que no Brasil existem 12 mil mulheres/ano com implantes realizados. Informou também em seu relato que formulou consulta ao Presidente do Centro de Estudos Ivo Pitanguy, que organizou um dossiê completo sobre a matéria, também distribuído ao plenário. Considerando a complexidade do documento e as divergências de opiniões existentes, a Coordenadora da CICT sugeriu a convocação pelo CNS de um painel-assessor composto pelas principais autoridades e instituições responsáveis, inclusive fabricantes do material e órgãos de defesa do consumidor. Este painel-assessor após analisar a situação existente no Brasil, proporia recomendações consensuais e adequadas à nossa realidade. Após a exposição, foram feitas várias intervenções buscando retratar a situação, tanto das entidades científicas de Pesquisa, como as de epidemiologia, concluindo que embora poucas se dediquem ao exame dessa matéria, existem aquelas com competência técnica, destacando-se a FIOCRUZ/INCQS. O Coordenador de Ciência e Tecnologia do Ministério, **Francisco Reis**, sugeriu que o Conselho encaminhasse para sua Coordenação os estudos da CICT para que a mesma opinasse sobre o referido tema, retornando-o para o CNS com propostas concretas de encaminhamento e como forma de subsidiar futura decisão do Conselho sobre a matéria. **Tema 13 – “Credenciamento de Centros de Pesquisa em Seres Humanos”** – A Coordenadora Geral do CNS expôs a necessidade de que as áreas técnicas do MS tenham efetiva participação junto às ações do CNS. Informou que foram mantidos entendimentos com a Coordenação de Ciência e Tecnologia do MS para apresentar proposta no sentido de a referida coordenação passar a examinar os processos de credenciamentos de centros de pesquisa em seres humanos. O Coordenador de Ciência e Tecnologia demonstrou que, pelas atribuições do órgão do qual é titular, caberá à sua área a criação do Comitê Assessor composto por instituições e especialistas de notório saber vinculados à comunidade científica, para realizar ações relativas ao credenciamento dos Centros de Pesquisa em Seres Humanos. Sugeriu que a Coordenação de Ciência e Tecnologia junto com os membros do CNS formulasse proposta de acompanhamento e avaliação permanente para ser submetido ao plenário na reunião de abril. Enquanto se aguarda a criação desse Comitê o Conselho deverá continuar executando esta atividade. **Tema 8 – “Criação da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher”** – Relator: Conselheiro **Jocélio H. Drummond**. O Conselheiro **Jocélio** apresentou o parecer favorável ao plenário, sugerindo uma composição com diversas instituições governamentais e não-governamentais. No caso destas últimas, informou que deixou em aberto para discutir em plenário, critérios que levassem à escolha de entidades mais representativas sob o ponto de vista sócio-político e técnico-científico. A Conselheira **Leny** enfatizou a participação das organizações não-governamentais, baseando-se em critérios ético-político, no exercício do controle social e que apresentem atuação na área da saúde, voltados para as ações programáticas específicas, uma vez que neste Conselho os movimentos feministas não têm representatividade. Sugeriu a inclusão da Confederação das Mulheres do Brasil e da União Brasileira de Mulheres. O Conselheiro **Aboim** propôs a participação da Academia Brasileira de Medicina, e apoiou a proposta da Conselheira **Zilda Arns** no sentido de que a Academia indique especialista na área de gineco-obstetrícia. O Conselheiro **Barbanti** discordou no sentido de que o critério seja especificamente técnico e afirmou que a questão da saúde da mulher extrapola o setor saúde, sugerindo a inclusão das mulheres empresárias para estabelecer um relacionamento com a mulher trabalhadora. Neste momento, a Coordenadora Geral do CNS esclareceu como deve ser a composição de uma Comissão Intersetorial, e retomou a discussão sobre os nomes das organizações não-governamentais sugeridas, havendo consenso, após ampla negociação, quanto à composição da Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher: **1-** Ministério da Saúde/Coordenação de Saúde Materno Infantil – COSMI; **2-** Ministério da Justiça/Conselho Nacional dos Direitos da Mulher; **3-** Ministério da Educação; **4-** Ministério do Trabalho/Divisão de Saúde e Segurança do Trabalho; **5-** Academia

Brasileira de Medicina; **6-** Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB; **7-** Federação das Associações de Mulheres de Negócios e Profissionais do Brasil – CNI; **8-** Instituto Nacional de Saúde do Trabalho/Comissão de Saúde da Mulher Trabalhadora; **9-** SOS Corpo-Recife, **10-** União Brasileira de Mulheres e **11-** Rede Nacional Feminista de Saúde. **Tema 5 – “Indicação de representante do CNS para compor a Coordenação Nacional da II Conferência Nacional de Saúde Bucal”** (Ofício nº 004/93 CNBS/DPS/SAS/MS) – Por unanimidade, foram indicados os Conselheiros **Swedenberger do Nascimento Barbosa**, como titular, e **João Guerra Monteiro de Castro**, como suplente. **Tema 19 – “Integração Terapêutica”** – Relator, Conselheiro **Edmundo Juarez**. No seu parecer sobre o pleito da Associação de Terapeutas Naturistas do Brasil ao CNS, o Conselheiro reforçou que as práticas terapêuticas são legítimas e, necessariamente, devem ser preservadas, merecendo todo apoio técnico-científico, havendo interesse em incorporá-las ao arsenal terapêutico da medicina formal. Evidenciou que a homeopatia e a acupuntura são objeto de disciplinas formais em instituições universitárias e estão sendo desenvolvidas, incorporando-se às práticas no serviço de saúde que compõem o SUS, sugerindo que o Ministério da Saúde deve promover, dentro dessa proposta, os estudos técnicos necessários no sentido de viabilizar a utilização das práticas. Manifestou sua concordância com o parecer emitido pela Conselheira **Zaira** no sentido de criar a Comissão Técnica de Integração Terapêutica, sugerindo sua localização no INAMPS/SNAS. Esta localização foi questionada pelo Conselheiro **Carlini** contando com o apoio do Conselheiro **Nelson Seixas**. O Conselheiro **Swedenberger** aprovou o parecer no que concerne à criação da Comissão Técnica de Integração Terapêutica, propondo desdobrá-la em duas instâncias de atuação: **I-** no Ministério da Saúde, com a criação de uma Coordenadoria de Integração Terapêutica junto à Secretaria Executiva, de caráter normativo, fiscalizador e executivo; **II-** No CNS, com a criação da Comissão Técnica de Integração Terapêutica, junto ao CNS, objetivando coordenar e formular a política nacional de integração terapêutica, definir e fixar normas para sua implantação e estimular a criação e o fortalecimento dessas Comissões junto os Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde. Várias questões foram levantadas para o encaminhamento do assunto, quando o Conselheiro **Ferreira** tomou a palavra solicitando o levantamento do quorum, pela complexidade que o assunto demandava, no que foi reforçado pelo Conselheiro **Thiers Ferreira**, argumentando que este plenário necessitava ampliar seus conhecimentos e propôs um painel sobre o assunto. A Coordenadora **Maria Angélica** propôs a continuidade da discussão sobre a matéria na próxima reunião de abril, deixando claro que todas as informações discutidas até o momento seriam repassadas ao coletivo dos conselheiros e que não haveria deliberação sem estudos e exames à luz das controvérsias sendo todos os subsídios recebidos pelo Conselho apresentados ao Plenário para encaminhamentos e decisão. Foi revista a questão do quorum e a necessidade de se dar andamento aos temas pendentes e aos informes. Diante da situação encerrou-se o assunto sobre Integração Terapêutica, e o Conselheiro **Ferreira** retirou a necessidade de quorum. Em seguida, o Conselheiro **Francisco**, se dirigindo à Coordenação da mesa, entregou um abaixo assinado do Movimento do Hanseniano – MORHAN, solicitando que este fosse encaminhado ao Ministro, ressaltando a importância da veiculação de campanha de divulgação de massa pelos poderes públicos sobre sinais, sintomas e tratamento da hanseníase no País, como forma de combate a doença. Os temas 6, 7, 9, 12 e 16 foram adiados para a próxima reunião. Consta no livro de presença a assinatura dos seguintes Conselheiros: **Zaira Campedelli Galante, Francisco Ubiratan Dellape, Carlos Eduardo Ferreira, João Guerra de Castro Monteiro, Paulo Sergio Barbanti, Francisco Augusto Vieira Nunes, Jaqueline Almeida Fonseca, Percy dos Santos, Leny May Campelo, Swedenberger do Nascimento Barbosa, Ernani Aboim Silva, Zilda Arns Neumann, Nelson de Carvalho Seixas, Thiers Ferreira, Ana Maria Lima Barbosa, Jocélio Henrique Drummond, Elisaldo Luís Carlini, Rui Brasil Cavalcanti, Sergio Henrique Ferreira, Wirtton Miguel Gentil Palermo, Benicio Parente Sampaio, José Eri Osório de Medeiros, Mário da Costa Cardoso Filho, Edmundo Juarez, Hilário Gotselig, Chafic Wady Farhat e Carlos Eduardo Venturelli Mosconi**. Justificaram suas ausências os Conselheiros **Mozart de Abreu e Lima e Carlos César Albuquerque**. FIM.